

A UNIÃO HOMOAFETIVA E SEUS ASPECTOS JURÍDICOS

Juliana Salate Biagioni

Aluna da Faculdade de Direito de Bauru - ITE.

Orientador: Prof^{ta}. Ms. Daniela Aparecida Rodrigues

RESUMO

O tema proposto centra-se numa imagem: a do reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo. Sob o olhar jurídico, o ser humano é visto como uma pessoa e, nessa condição, é merecedor de proteção especial, vislumbrada a partir do princípio da dignidade humana – fundamento do Estado Democrático de Direito e verdadeira cláusula geral de proteção à pessoa. Com os estudos da Psiquiatria, o homossexualismo, tido anteriormente como doença pela Medicina, passou a ser considerado um desvio ou transtorno sexual; porém, há correntes que afirmam existir diversas causas para a homossexualidade, entre elas a predisposição genética e alterações hormonais durante a gestação. No Brasil, a união entre homem e mulher foi reconhecida pela Constituição Federal de 1988 e passou a ser equiparada ao casamento. Porém, a convivência entre pessoas do mesmo sexo ainda não foi regulamentada, embora já exista um Projeto de Lei n. 1.151, de autoria da ex-deputada Marta Suplicy que visa a disciplinar a união entre homossexuais. Mister ressaltar que a “união civil” (como se refere o Projeto), produz reflexos jurídicos sob a óptica do Direito de Família.

Palavras-chave: União Homoafetiva, Parentesco, Homossexualismo.

INTRODUÇÃO

Homossexualismo

Etimologicamente, a palavra homossexual é formada pela junção dos vocábulos “*bomo*” e “*sexu*”. Homo, do grego “*bómos*”, que significa semelhante, e sexual, do latim “*sexu*”, que é relativo ou pertencente ao sexo. Portanto, a junção das duas palavras indica a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo. Podemos, então, afirmar que a expressão homossexual é utilizada para designar a colaboração entre duas pessoas que visam a obter prazer sexual, podendo estas ser homens ou mulheres.

A homossexualidade masculina é também conhecida por sodomia e, segundo Abraão de Almeida, “a palavra deriva de Sodoma, a corrupta cidade Cananéia destruída por Deus juntamente com Gomorra”.¹

Já a homossexualidade feminina, é conhecida por safismo ou lesbianismo. Estas expressões são derivadas de Safo e Lesbos, sendo Safo o nome de uma poetisa da antiga Grécia que chefiava um grupo de mulheres homossexuais as quais viviam na ilha de Lesbos (ilha do Mar Egeu).

A definição da expressão homossexual, no dicionário de língua portuguesa, é a seguinte: “inversão sexual”.²

Homossexualismo na psicologia

Ao longo da história da Psiquiatria, sempre houve um grande questionamento sobre a orientação homossexual ser uma opção de vida ou uma patologia.

Freud acreditava que os homossexuais eram invertidos na sua atração sexual e que, diferentemente da maioria das pessoas que viam o genitor de sexo oposto como objeto de desejo, almejavam o de mesmo sexo. Para ele, três fatores parecem determinar o homossexualismo: a forte ligação com a mãe, a fixação na fase narcísica e o complexo de castração.

Importante esclarecermos que o homossexualismo era tido pela Medicina como doença. Entretanto, a partir de 1985, o Conselho Federal de Medicina não mais considerou o homossexualismo como um desvio ou transtorno sexual e, com isso, o sufixo “ismo” que designa doença foi substituído pelo sufixo “dade” que significa modo de ser.

1 Homossexualismo: Doença ou perversão, p. 6.

2 Minidicionário Silveira Bueno.

Homossexualismo na biologia

Atualmente, existem diversas correntes que afirmam existir diversas causas para a homossexualidade, quais sejam, a predisposição genética, alterações hormonais durante a gestação, traumas infantis e mau relacionamento familiar e ainda fatores sociais negativos.

Muitos pesquisadores têm tentado descobrir uma causa biológica para a atração pelo mesmo sexo. Os meios de comunicação promovem a idéia de que já foi descoberto o “gene gay” (Burr, 1996). Mas, apesar de várias tentativas, não se testou cientificamente nenhum dos estudos divulgados.

Se a atração pelo mesmo sexo fosse geneticamente predeterminada, então deveríamos supor que gêmeos idênticos teriam de ser idênticos também em sua atração sexual. Há, porém, muitos registros de gêmeos idênticos que não o são em sua atração sexual.

As situações registradas revelam fatores ambientais que explicam a causa do desenvolvimento de diferentes estilos de atração sexual em crianças geneticamente idênticas, sustentando a teoria de que a atração pelo mesmo sexo é um produto da ação e efeito recíproco de uma variedade de fatores ambientais.

A tentativa de convencer que a homossexualidade tem sua gênese na genética ocorre porque as pessoas aceitam sem dificuldades as diferenças e a regulamentação legal das uniões homossexuais quando crêem que a atração sexual pelo mesmo sexo é geneticamente determinada e imutável.

Mister lembrar que é cientificamente provado que existem indivíduos que geneticamente nascem com uma diferença hormonal, que se exterioriza através de comportamentos não comuns ao sexo original.

Há ainda os que defendem a existência de um terceiro sexo; mas comprovados biologicamente, existem apenas dois, o masculino e o feminino.

Este assunto, no entanto, é de interesse da área respectiva, da qual não possuímos conhecimentos técnicos, sendo que para a área jurídica, o que nos interessa é saber quais as conseqüências que podem gerar um relacionamento homossexual, bem como se seria possível uma regulamentação deste relacionamento.

União homoafetiva no direito brasileiro

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 226, dispõe sobre a união estável entre o homem e a mulher, com a seguinte redação: “Para efeito de proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o **homem e a mulher** como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento” (g.n) No entanto, não faz referência alguma à união entre homossexuais. Porém há de se enfatizar que, ao mesmo tempo que não se refere a estas uniões, também não as proíbe.

A convivência entre pessoas do mesmo sexo, no Brasil, ainda não foi regulamentada. Dessa forma, o Poder Judiciário, frente a situações de busca de tutela jurisdicional por homossexuais, tem declarado a existência de sociedade de fato entre pessoas do mesmo sexo.

No nosso país, já existe desde 1995 um projeto que visa a disciplinar a união civil entre pessoas do mesmo sexo. Trata-se do projeto de lei número 1.115, de autoria da então deputada federal Marta Suplicy.

“Contudo, caso o projeto da Deputada Marta Suplicy não seja aprovado no Congresso Nacional, existem advogados que estudam colocar em prática uma nova modalidade de acordo chamado de contrato doméstico”.³

Tal contrato, que tem por requisitos de validade segundo o Código Civil, agente capaz, objeto lícito e forma prescrita ou não defesa em lei, constituirá uma sociedade e deverá discriminar os bens adquiridos ao tempo da assinatura deste. Os advogados que são a favor deste tipo de contrato, em especial Dr. Rossi, afirmam que “se um dos contratantes não possuir bens e não trabalhar, deve ser caracterizado no contrato que a este compete a administração do lar”.⁴

Com a celebração deste contrato, no caso de morte de um dos parceiros, o sobrevivente recebe seu quinhão, ficando reservado à família a outra parte.

Este contrato ainda não foi utilizado para a união de pessoas de sexo idênticos e por isso não se sabe, ainda, se o Poder judiciário irá aceitar o mesmo juridicamente.

Sociedade de fato

A expressão sociedade de fato designa uma situação em que duas ou mais pessoas, em razão de um contrato, se obrigam a combinar seus esforços para a obtenção de fins comuns.

Assim, o Código Civil de 1916, ao não regulamentar as uniões extramatrimoniais, permitiu a aplicação de tal instituto a estas. Dessa forma, se um homem e uma mulher, unidos e que formassem um patrimônio em razão do convívio, o qual estivesse no nome de apenas um deles, caso viessem a se separar, teria o outro que demonstrar sua colaboração na formação do patrimônio e então receberia seu quinhão.

Mister ressaltar que a jurisprudência, no que diz respeito às uniões extramatrimoniais, como, por exemplo, a relação adulterina, já previa a existência de uma sociedade de fato. Esta faz presumir a existência de sócios e importante é afirmar que a jurisprudência procura impedir o enriquecimento injustificado de um dos sócios.

3 Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=554>>. Acesso em: 14 set. 2004.

4 Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=554>>. Acesso em: 14 set. 2004.

Precisamos colocar que a existência de uma sociedade de fato não implica, necessariamente, o reconhecimento de uma entidade familiar.

Dessa forma, o estudo deste instituto se faz necessário, pois é possível, do mesmo modo que no concubinato, o reconhecimento de uma sociedade de fato entre homossexuais. Mas aqui não trataremos da união homossexual como uma entidade familiar, já que a questão não é de direito de família, mas sim de direito obrigacional.

Pode-se, então, dizer que a escassa jurisprudência a respeito do tema vem reconhecendo a existência de uma sociedade de fato.

É preciso também destacar que aqui verificamos mais uma forma de discriminação contra este grupo de pessoas. Isto porque, no caso de dissolução do relacionamento de parceiros heterossexuais, a tutela jurisdicional será buscada frente à Vara de Família e, havendo identidade de sexos, a demanda será proposta na Vara Cível.

A lacuna da lei

O Direito brasileiro não dá a definição de casamento e nem mesmo faz referência a diferença de sexo ao dispor os impedimentos para a celebração deste. Porém, à Declaração Universal dos Direitos do Homem, em seu art. XVI, assim dispõe: “Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair o matrimônio”.

Diante deste dispositivo, surge o questionamento de quem efetivamente tem o direito de contrair o casamento.

Neste sentido:

*Homem e mulher; o homem e a mulher; é o direito a casar reconhecido ao homem e a mulher? Somente ao homem com a mulher e a esta com aquele, ou a qualquer deles com homem ou mulher? Quem são afinal todos os que têm o direito de contrair o casamento em condições de plena igualdade?*⁵

Considerando que a divergência de sexo, não está na lei e que a capacidade de gerar filhos não é requisito essencial para o casamento, talvez, como afirma Luiz Edson Fachin, haja um “equivoco que pode estar na base da formulação doutrinária e jurisprudencial acerca da diversidade de sexos como pressuposto do casamento”.⁶

5 CID, Nuno de Salter. Direitos Humanos e família: quando os homossexuais querem casar. *Revista Economia e Sociologia*. Lisboa: Évora, nº66, 1998, p. 195, *apud* DIAS, Maria Berenice. *União Homossexual: o preconceito & a justiça*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000, p. 79.

6 FACHIN, Luiz Edson. Elementos críticos do Direito de Família. Rio de Janeiro: Renovar, 1999, p. 101.

Portanto, no que diz respeito à união homoafetiva, diante da lacuna da lei, a qual não pode ser um obstáculo para que o Poder Judiciário possa prestar a tutela jurisdicional, verificam-se as seguintes soluções em casos de busca desta, quais sejam:

- 1) A Constituição Federal, embora não tenha previsto o relacionamento entre homossexuais, possui os princípios da dignidade humana, da igualdade e o que veda a discriminação por orientação sexual, os quais prevalecem quando se mostram contrários à norma constitucional. Assim, é possível a aplicação destes princípios para que o Poder Judiciário possa prestar a tutela jurisdicional aos casais homossexuais.
- 2) O Poder Judiciário vem solucionando questões referentes às uniões homoafetivas considerando estas como sociedades de fato e segundo a qual um dos sócios não pode se enriquecer em face do prejuízo do outro.
- 3) A Lei de Introdução ao Código Civil, em seu art. 4º, dispõe que o juiz, em caso de omissão da lei, deverá recorrer à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito. Dessa forma, não há como negar que a união homossexual é um instituto semelhante ao casamento e à união estável; portanto, deverão ser aplicadas a ela as regras pertinentes a estes.
- 4) Alguns estudiosos do direito entendem que, em razão da omissão legal, é possível a celebração de um contrato entre os parceiros, chamado contrato doméstico, já citado anteriormente.

Diante destes fatos, concluímos que o legislador brasileiro deve adotar um parâmetro para que o Judiciário deixe de, em alguns casos, decidir contrariamente à lei e, em outros, aplicá-la na íntegra.

O projeto de lei nº 1.151/95

O Projeto de lei nº 1.151, de 1995, da ex-deputada Marta Suplicy, visa a disciplinar a união civil entre pessoas do mesmo sexo.

Basicamente, o Projeto propõe o direito à herança; sucessão; benefícios previdenciários; seguro saúde conjunto; declaração conjunta de imposto de renda; direito à nacionalidade no caso de estrangeiros; e ainda, renda conjunta para a compra de bem imóvel.

Em hipótese alguma, o Projeto se refere à palavra casamento, sempre utilizando a expressão união civil. Não permite ainda a utilização do sobrenome do parceiro e nem a mudança de estado civil durante a vigência do contrato. A adoção, como veremos, também não é permitida.

Essa parceria deverá ser registrada nos Cartórios de Registro Civil das Pessoas naturais. Todavia, para que o registro possa ser efetuado é necessário que os parceiros apresentem prova de que são solteiros, viúvos ou divorciados.

O contrato, já registrado, será lavrado em Ofício de Notas, devendo constar neste as disposições sobre o patrimônio, deveres, impedimentos e obriga-

ções mútuas. Tal contrato será desfeito mediante desistência das partes ou pela morte de um dos contratantes, desde que esta seja decretada judicialmente.

O Projeto de Lei sofreu algumas alterações e, por isso, trataremos agora do Substitutivo do Projeto de Origem. Neste, faz-se menção a alterações que deverão ser feitas na Lei de Registros Públicos (Lei n. 6.015/73) para que se possa adequar os Registros Públicos ao novo instituto bem como à possibilidade de inserção de um parceiro como dependente do outro perante a Previdência Social, e prevendo ainda o direito à sucessão.

É importante ressaltar que a impenhorabilidade do bem de família deverá se estender ao bem imóvel próprio e comum dos parceiros que tenham celebrado o contrato.

Pode-se, portanto, afirmar que o Projeto de União Civil entre pessoas do mesmo sexo praticamente não difere do casamento, já que os contratantes irão viver sob o mesmo teto, declararão imposto de renda conjuntamente, terão benefícios previdenciários e seguro saúde da mesma forma que no casamento. Todavia, existem diversas diferenças entre estes.

No casamento, os nubentes aderem à cláusulas já existentes, as quais irão regular a vida do casal, somente podendo estes escolher o regime de bens que vigorará. No que concerne ao Projeto de Lei, tais cláusula poderão ser estipuladas livremente pelos contratantes.

Isso posto, concluímos que o Projeto apresenta falhas, quais sejam, a omissão quanto ao impedimento da celebração do contrato entre parentes consanguíneos, entre o tutor e o curador e os seus descendentes, ascendentes, irmãos, cunhados, ou sobrinhos, com a pessoa tutelada ou curatelada, enquanto não cessar a tutela ou curatela; o não-estabelecimento de foro competente para julgar os processos oriundos de uma União Civil entre pessoas do mesmo sexo.

Outro fato verificado é que o contrato da união civil poderá ser adotado por heterossexuais, pois a homossexualidade não é um requisito essencial para a validade do contrato.

Com efeito, o Projeto de Lei a respeito da união civil entre pessoas do mesmo sexo precisa observar estes detalhes, pois apesar de regular uma causa justa, tais fatos precisam ser analisados com muito cuidado para que a justiça não fique abarrotada de processos de difícil solução e para que os homossexuais não levem a culpa pelos resultados decorrentes de tal Projeto, o que poderá acarretar ainda mais discriminação contra este grupo de pessoas.

Ação civil pública

O jornal Diário de São Paulo, de 18 de janeiro de 2005, noticiou que o Procurador da República, em Taubaté, João Gilberto Gonçalves Filho, havia

ingressado com ação civil pública com pedido de liminar para a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, alegando que a Constituição Federal proíbe discriminação por gênero, garantindo a qualquer cidadão o direito de se casar (art. 3º, inc. IV da C.F).

Se o pedido de liminar for aceito pela Justiça Federal, imediatamente a união entre os homossexuais passará a valer em todo o território nacional e todos os cartórios terão que realizar casamentos *gays*.

De acordo com o autor da ação, para que o casamento *gay* pudesse valer, independentemente de qualquer ação judicial, bastaria que este fosse reconhecido legalmente em cada um dos Estados através de um acordo entre o Ministério Público e os respectivos governos.

Assim, no Rio Grande do Sul, desde março de 2004, existe uma autorização, da Corregedoria Geral da Justiça do Estado que autoriza os cartórios dos municípios a aceitarem os pedidos de comprovação da união feita por homossexuais.

Em 27 de janeiro do mesmo ano, a Revista Consultor Jurídico publica o indeferimento da referida liminar com o título “Água no Chopp”.

Segundo esta, o juiz federal Paulo Alberto Jorge negou no dia 26 de janeiro a liminar pedida, alegando tratar-se de tema muito relevante, recebendo, porém, a ação, que ainda será julgada.

QUESTÕES RELEVANTES A RESPEITO DO TEMA

A QUESTÃO DA ADOÇÃO: A adoção verifica-se como um dos aspectos mais controvertidos quando o tema é união homossexual.

No Brasil, atualmente existem dois tipos de adoção: a prevista no Código Civil (arts. 368 a 378), em que o adotado deve ser maior de dezoito anos e a regulada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei n. 8.069/90) em seus artigos 39 a 52. Neste ultimo, o adotado deve ter menos de dezoito anos. Cumpre ressaltar que pode o adotante ser uma única pessoa ou um casal (leia-se homem e mulher).

A adoção prevista no Código Civil condiciona esta, se forem dois os adotantes, ao casamento. Já na adoção de menores de dezoito anos, quando dois os adotantes, estes devem ser homem e mulher casados ou em união estável.

Sendo o objetivo da adoção a constituição de uma entidade familiar, pode-se dizer que um **casal** homossexual não pode adotar, ainda que o legislador tenha sido omissor, já que a união homoafetiva não pode ser considerada entidade familiar (gn).

No entanto, o Estatuto da Criança e do Adolescente não traz restrições à adoção, como podemos verificar em seu art. 42: “Podem adotar os maiores de 21 anos, independente de seu estado civil”.

Um dos requisitos essenciais da adoção é o previsto no art. 43 do referido Estatuto, segundo o qual: “A adoção será deferida quando apresentar reais vantagens para o adotando e fundar-se em motivo legítimo”.

Com isso, pode-se afirmar que é possível a adoção por um só dos homossexuais sem que o outro participe, desde que este trate o adotado como filho.

Resta saber se o adotante homossexual é um bom referencial para o menor adotado, já que “o adotante, no papel de pai (ou mãe, se for mulher), influencia e condiciona o comportamento do adotado”.⁷

Outra questão que devemos considerar são os problemas sociais que o adotado poderia sofrer em razão do preconceito por parte de terceiros, acarretando, às vezes, problemas psicológicos a este.

Diante do exposto, entendemos que mesmo não havendo impedimento legal, a adoção por um casal homossexual não deveria ser possível, embora Maria Berenice Dias, a respeito do tema afirme:

*Cumprindo os parceiros – ainda que do mesmo sexo – os deveres de lealdade, fidelidade e assistência recíproca numa verdadeira comunhão de vida, legítimo o interesse na adoção, não se podendo deixar de ver reais vantagens ao menor.*⁸

Em se tratando da adoção por uma pessoa que viva sozinha e seja homossexual, mas que se proponha a construir um lar ao adotado, dando a este todo o suporte psicológico e material não há por que negar a adoção, mesmo porque se o adotante mantiver sua vida sexual separada do ambiente em que vive com o adotado, esta é exercício do seu direito à intimidade e não impede, de maneira alguma, a adoção.

PARTILHA DE BENS E DIREITO SUCESSÓRIO

Quando um dos parceiros morre, o sobrevivente, utilizando-se da via judicial, tem o direito de invocar o direito sucessório, muitas vezes não concedido, ainda que inexistam herdeiros necessários.

Na maioria delas, a decisão extingue o processo por impossibilidade jurídica do pedido.

Todavia, já existem decisões em que o parceiro homossexual teve direito a receber metade do patrimônio adquirido pelo esforço comum, em reconhecimento à sociedade de fato.

Em relação ao tema, no Rio Grande do Sul, decidiu-se integrando o parceiro na ordem de vocação hereditária. Neste caso, a totalidade da herança do *de cujus* foi concedida ao parceiro, por não ter aquele deixado herdeiros.

7 CZAJKOWSKI, Rainer. *União livre a luz das Leis 8.871/94 e 9278/96*. 2. ed. Curitiba: Juruá, 1999, p. 232.

8 DIAS, Maria Berenice. *União Homossexual: o preconceito & a justiça*. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2000, p. 94.

Transexualismo

Segundo Maria Helena Diniz, “transexual é aquele que não aceita o seu sexo, identificando-se psicologicamente com o sexo oposto.”⁹

Assim, não havendo identidade entre o sexo biológico e a identificação psicológica, pode o transexual, maior de 18 anos, desde que se submeta a tratamento psiquiátrico e psicológico, por um lapso de dois anos, realizar a cirurgia de redesignação de sexo.

Após essa cirurgia, que extirpa ou constrói os órgãos genitais adaptando o sexo biológico à identidade psicológica, o paciente passa a ter características de um sexo e tem sua identificação como sendo de outro.

Dito isso, há de se ressaltar a questão de alteração do prenome. A respeito do tema, Luiz Alberto David Araújo assim afirma: “o direito de alteração do registro civil é evidente, com a redesignação do prenome, depois de todas as cautelas necessárias, como a verificação de certidões”¹⁰

Dessa forma, vem entendendo a jurisprudência, que tem autorizado a alteração tanto do nome como do sexo nos documentos daquele que fez a intervenção cirúrgica.

Ora, sendo feita a redesignação de sexo, e havendo a possibilidade de alteração do prenome, poderia o transexual casar-se?

Essa questão suscita outra que é se a cirurgia tem o condão de mudar o sexo, ou seja, se a mulher realmente se transforma em homem ou este em mulher. Se afirmativa a resposta, válido será o casamento. No entanto, a resposta negativa proíbe o matrimônio.

Importante ressaltar que já existem casos de autorização para o casamento, embora não exista regulamentação a respeito do tema.

Outra questão que merece atenção é a da adoção. A respeito do tema, entende-se que se for autorizado o casamento poderá ser autorizada a adoção.

União homosexual nodireito estrangeiro

Muitos países disciplinam a união civil entre pessoas do mesmo sexo e, portanto, faremos um breve resumo a respeito do tema para fins de comparação.

Países onde existem leis que regulamentam a união entre homossexuais: Dinamarca, Groenlândia, Hungria, Islândia, Noruega e Suécia.

9 DINIZ, Maria Helena. Dicionário Jurídico, São Paulo, Saraiva, 1998, v. 4, p. 604.

10 ARAUJO, Luiz Alberto David. *A Proteção Constitucional do Transexual*. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 134.

Países onde estados, províncias e cidades reconhecem o contrato de união civil entre pessoas do mesmo sexo: Bélgica, Canadá, Espanha, Estados Unidos e França (234 prefeituras).

Países onde a lei está em discussão no Congresso: Bélgica, BRASIL, Finlândia, Holanda e República Checa.

Países que concedem nacionalidade por motivo de união civil entre homossexuais: Austrália, Dinamarca, Holanda, Noruega, Nova Zelândia e Suécia.

Países onde oficialmente o homossexual não é impedido de servir as forças armadas: Austrália, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estônia, Finlândia, Holanda, Israel, Nova Zelândia, Noruega e Suécia.¹¹

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Abraão de. *Homossexualismo: Doença ou perversão?*. São Paulo: Vida, 1990.
- ARAUJO, Luiz Alberto David. *A Proteção Constitucional do Transexual*. São Paulo: Saraiva, 2000.
- AZEVEDO, Álvaro Villaça. *Estatuto da Família de Fato*. São Paulo: Jurídica Brasileira, 2001.
- BRANDÃO, Débora Vanessa Caús. *Parcerias Homossexuais: aspectos jurídicos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- BRITO, Fernanda de Almeida. *União afetiva entre homossexuais e seus aspectos jurídicos*. São Paulo: LTr, 2000.
- CZAJKOWSKI, Rainer. *União livre a luz das Leis 8.871/94 e 9278/96*. 2. ed. Curitiba: Juruá, 1999.
- DIAS, Maria Berenice. *União Homossexual: o preconceito & a justiça*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.
- DIAS, Maria Berenice. *Homoafetividade – o que diz a Justiça!* Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.
- FACHIN, Luiz Edson. *Elementos críticos do direito de família: Curso de Direito Civil*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.
- FERNANDES, Taísa Ribeiro. *Unões Homossexuais e seus efeitos jurídicos*. São Paulo: Método, 2004.
- SUPLCY, Marta. *Projeto de lei de 1995*. Disciplina a união entre pessoas do mesmo sexo. Brasília: Câmara dos Deputados, 1995.

¹¹ Dados disponíveis em: <http://glsplanet.terra.com.br/news/parcivil.htm>. Acesso em: 25 de jan. 2005.

TAVALERA, Glauber Moreno. *União civil entre pessoas do mesmo sexo*. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

CORREIA, Jadson Dias. União civil entre pessoas do mesmo sexo (Projeto de Lei 1151/95). *Jus Navigandi*, Teresina, a. 1, n. 10, abr. 1997. Disponível em: <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=554>. Acesso em: 14 set. 2004

DIÁRIO DE SÃO PAULO. Procurador pede a legalização do casamento gay. Disponível em: http://www.mp.sp.gov.br/clipping/clipping190105/diasp190105/procurador_pede_a_legalizacao_do.htm. Acesso em: 19 de jan. 2005.

FOLHA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Ação pede a legalização do casamento gay. Disponível em: http://www.mp.sp.gov.br/clipping/clipping200105/folha200105/diversidade_ação_pede_a_legaliz.htm. Acesso em: 21 de jan. 2005.

ECONÔMICO VALOR: Legislação & Tributo. Ministério Público quer legalizar casamento gay. Disponível em: http://www.mp.sp.gov.br/clipping/clipping200105/valor200105/ministério_público_quer_legaliza.htm. Acesso em: 21 de jan. 2005.

Nossos Direitos no Mundo. Disponível em: <http://glsplanet.terra.com.br/news/parcivil.htm>. Acesso em: 25 de jan. 2005.

CONSULTOR JURÍDICO. Água no chopp: Juiz nega liminar para liberar casamento homossexual. Disponível em: http://www.mp.sp.gov.br/clipping/clipping270105/conjur270105/água_no_chopp.htm. Acesso em: 28 de jan. 2005.